

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 30 de junho de 2021, o passivo total atingiu R\$109 milhões (31/12/2020 - R\$123 milhões) e Outros Passivos atingiram R\$47 milhões (31/12/2020 - R\$38 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Brasil Administradora de Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. A Santander Brasil Administradora de Consórcio informa que no semestre findo de 30 de junho de 2021,

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2021	31/12/2020		Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		922.455	775.769	Passivo Circulante		107.207	118.548
Disponibilidades	4 e 12.c	197	4.495	Outros Passivos		44.690	36.079
Instrumentos Financeiros		902.148	753.810	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	10	615	613
Títulos e Valores Mobiliários	6	902.148	753.810	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	9	173	105
Outros Ativos	8	20.110	17.464	Demaís Provisões	9	158	87
Ativo não Circulante		25.082	24.645	Diversos	9	43.744	35.274
Outros Ativos	8	22.350	22.319	Obrigações Fiscais	7.b	62.517	82.470
Ativos Fiscais Diferidos	7.a2	2.732	2.326	Correntes		62.517	82.470
Imobilizado de Uso		-	-	Passivo não Circulante		2.022	4.671
Outras imobilizações de uso		-	-	Outros Passivos		2.018	2.188
Depreciações Acumuladas		-	(292)	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	10	12	4
Intangível		-	-	Demaís Provisões	9	2.006	2.184
Outros Ativos Intangíveis		-	285	Obrigações Fiscais	7.b	4	2.483
Amortizações Acumuladas		-	(285)	Diferidas		-	4
				Patrimônio Líquido	11	838.308	677.195
				Capital Social		436.441	238.886
				Reservas de Capital		1.869	1.869
				Reservas de Lucros		399.998	436.440
Total do Ativo		947.537	800.414	Total do Passivo		947.537	800.414

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	238.886	1.869	29.212	154.989	-	424.956
Lucro Líquido	-	-	-	-	109.560	109.560
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	52.041	(52.041)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	52.041	(52.041)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	238.886	1.869	34.690	259.072	-	534.517
Mutações no Semestre	-	-	5.478	104.082	-	109.560
Saldos em 31 de dezembro de 2020	238.886	1.869	41.824	394.616	-	677.195
Aumento de Capital	11.a	197.555	-	(197.555)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	161.113	161.113
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	8.056	-	(8.056)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	76.529	(76.529)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	76.528	(76.528)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	436.441	1.869	49.880	350.118	-	838.308
Mutações no Semestre	197.555	-	8.056	(44.498)	-	161.113

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo	3.919.582	3.117.523
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.183	1.043
Aplicações Financeiras	1.431.847	1.160.431
Outros Créditos	2.393.551	1.956.409
Valor Contábil dos Bens Retomados ou Devolvidos	5.079	2.974
Direitos junto a Consorciados Contemplados	2.388.472	1.953.075
Compensação	26.243.466	23.073.426
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	176.184	148.393
Contribuições Devidas ao Grupo	13.603.458	11.923.463
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	12.463.823	11.001.570
Total do Ativo e Compensação	30.163.047	26.190.949
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo	3.919.582	3.117.523
Outras Obrigações	3.919.582	3.117.523
Obrigações com Consorciados	1.723.968	1.450.081
Valores a Repassar	89.022	74.704
Obrigações por Contemplações a Entregar	1.249.077	904.041
Recursos a Devolver a Consorciados	654.106	516.817
Recursos do Grupo	203.409	171.880
Compensação	26.243.466	23.073.426
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	176.184	148.393
Obrigações do Grupo por Contribuições	13.603.458	11.923.463
Bens ou Serviços a Contemplar	12.463.823	11.001.570
Total do Passivo e Compensação	30.163.047	26.190.949

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.161.474	657.854
Depósitos Bancários	1.043	589
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.160.431	657.265
(+) Recursos Coletados	1.901.591	1.235.839
Contribuições para Aquisição de Bens	1.486.576	971.652
Taxa de Administração	281.507	178.711
Contribuições ao Fundo de Reserva	64.620	41.455
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.954	2.722
Multas e Juros Moratórios	4.171	2.939
Prêmios de Seguros	25.947	15.017
Outros	25.816	23.343
(-) Recursos Utilizados	1.537.035	1.021.968
Aquisição de Bens	1.130.855	780.171
Taxa de Administração	287.569	180.124
Multas e Juros Moratórios	2.071	1.451
Prêmios de Seguros Pagos	25.864	14.793
Devolução a Consorciados Desligados	11.773	2.273
Outros	78.904	43.156
Disponibilidade Final	1.526.030	871.725
Depósitos Bancários	94.183	45.692
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.431.847	826.033

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
As Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme a Circular Bacen 3.959/2019.
A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.
Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações. A resolução determina a extensão de documentos relacionados a posição consolidada no âmbito de remessa de documentos ao Bacen. A referida norma não traz impactos às estas Demonstrações Financeiras.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos; divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 27 de agosto de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis

1 - Administradora

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

b) Apuração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas ativas, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original ou inferior a noventa dias.

e) Operações Compromissadas

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

A Santander Brasil Consórcio classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser

observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes e do método do valor presente.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Brasil Consórcio utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

g.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% até o vencimento do contrato de locação.

g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e civil, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS).

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

l) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados
A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.885, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e vedou que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: (i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou (ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 20 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Ativos e Passivos Fiscais						
a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos						
	Origens		Saldo em		Saldo em	
	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/06/2021
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.562	1.286	437	1.500	(1.406)	531
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.160	2.143	729	6	-	735
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	54	-	-	18	-	18
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	4.261	3.412	1.160	288	-	1.448
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	8.037	6.841	2.326	1.812	(1.406)	2.732
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	8.037	6.841	2.326	1.812	(1.406)	2.732

⁽¹⁾ Inclui ativo fiscal diferido sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Santander Brasil Consórcio não possui créditos tributários não ativados.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		30/06/2021	Total
	IRPJ	CSLL		
2021	233	84		317
2022	466	168		634
2023	453	163		616
2024	409	147		556
2025	448	161		609
Total	2.009	723		2.732

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$2.581 (31/12/2020 - R\$2.203), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Pagar	62.521	84.953
Total	62.521	84.953

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado antes dos Impostos	243.998	165.170
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(82.959)	(56.158)
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(92)	(291)
Demais Ajustes	166	838
Imposto de Renda e Contribuição Social	(82.885)	(55.611)

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesas com COFINS	23.465	15.954
Despesas com ISS	15.255	10.170
Despesas com PIS/Pasep	5.070	3.444
Total	43.790	29.568

8. Outros Ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Valores em Cobrança Judicial - Grupos Encerrados	2.006	2.184
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	264	293
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	246	27
Para Interposição de Recursos Cíveis	1.112	908
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	7.193	6.609
Impostos a Compensar ⁽²⁾	14.095	12.297
Rendas a Receber	17.302	17.312
Outros	242	153
Total	42.460	39.783

⁽¹⁾ Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.

⁽²⁾ Refere-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras e tributos e contribuições a restituir.

9. Outros Passivos

	30/06/2021	31/12/2020
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	37.809	31.113
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais ⁽¹⁾ (Nota 10.b)	615	613
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 10.b)	185	109
Provisão para Valor Pendente de Recebimento Judicial	2.006	2.184
Provisão para Pagamentos a Efetuar	158	87
Estimativa Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	4.103	3.271
Outras	1.832	890
Total	46.708	38.267

⁽¹⁾ Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outros Passivos".

Amancio Acúrcio Gouveia

Vagner da Silva Rodrigues

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Contador

Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP316054/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2020
	Ativos (Passivos)	Receltas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receltas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	197	-	4.495	-
Banco Santander ⁽¹⁾	197	-	4.495	-
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ (Nota 6)	729	-	720	12
Banco Santander ⁽¹⁾	729	-	720	12
Rendas a Receber	-	5.520	-	9.560
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	5.520	-	9.560
Outros Créditos - Diversos	-	5	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	5	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(686)	(16.184)	-	(10.518)
Banco Santander ⁽¹⁾	(686)	(16.184)	-	(10.518)

⁽¹⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 12.b).

⁽²⁾ Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	299.576	193.840
Serviços Prestados a Consorciados	5.520	9.560
Total	305.096	203.400

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	5.808	4.056
Convênio Operacional Banco Santander Comunicações	12.685	7.940
Comunicações	3	5
Serviços do Sistema Financeiro	380	235
Outras	308	947
Total	19.184	13.183

15. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	159	7
Atualização Impostos a Compensar	2.564	1.510
Reversão de Provisão de Contingência - Fiscais	-	328
Reversão de Provisão - Outras	955	93
Atualização de Depósitos Judiciais	7	20
Recuperação de Encargos e Despesas	2.327	3.386
Total	6.012	5.344

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

16. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Provisões Operacionais	-	13
Fiscais (Nota 10.c)	-	13
Cíveis (Nota 10.c)	367	1.029
Atualização Monetária de Processos Judiciais	4	5
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	971	169
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	2.849	2.154
Comissões	6.616	4.277
Terceiros	3.117	1.699
Convênio Banco Santander	3.499	2.578
Despesas de Atualização de Impostos	795	742
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	1.787	825
Outras	1.503	715
Total	14.892	9.929

17. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcio é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas informações semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Santander Brasil Consórcio mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

e) Resultados recorrentes e não recorrentes

Em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a Santander Brasil Consórcio não apresentou resultados não recorrentes.